



## PARTE H

### CIM DO AVE — COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE

Anúncio n.º 7206/2009

#### Constituição de Associação

No dia catorze de Abril de dois mil e nove, na sede da Associação de Municípios do Vale do Ave, sita na Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, da cidade de Guimarães, perante mim, a Notária, Maria Odete Freitas Ribeiro, com Cartório sito na Avenida D. João IV, Edifício Vila Verde, 612 E, nesta mesma cidade, compareceram os outorgantes:

Primeiro — Jorge Agostinho Borges Machado, casado, residente no lugar da Cachada, freguesia de Refojos de Basto e natural da freguesia de Cavez, ambas do concelho de Cabeceiras de Basto, que intervém na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, designado pelo despacho número dois/dois mil e dois de sete de Janeiro de dois mil e dois do Presidente da Câmara do referido Município, Joaquim Barroso de Almeida Barreto, como verifiquei pela certidão comprovativa da tomada de posse e exercício de funções deste e de fotocópia certificada do referido despacho, ambas emitidas pelo Notário privativo da dita Câmara, que me foram apresentadas.

O outorgante intervém na qualidade de representante do referido Município, autorizado pela Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto na sua reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de Novembro de dois mil e oito, a qual deliberou por unanimidade, ratificar a deliberação da mesma Câmara tomada em reunião de nove de Outubro do mesmo ano, de adesão do respectivo Município à constituição da presente Associação e aprovação dos respectivos estatutos, a qual foi aprovada por unanimidade, conforme certidão emitida pelo Presidente da indicada Assembleia Municipal, que me foi apresentada.

Segundo — José Manuel Martins Ribeiro, casado, residente na Rua 31 de Janeiro, Edifício Pérola, n.º 16 — 3.º G, 4820-160, da idade de Fafe, natural da freguesia de Cepães do concelho de Fafe, que intervém na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Fafe, conforme certidão emitida pelo Notário privativo da dita Câmara, comprovativa da tomada de posse e de exercício de funções do mesmo, que me foi apresentada;

O outorgante intervém na qualidade de representante do referido Município, autorizado pela Assembleia Municipal de Fafe, na sua reunião ordinária realizada em doze de Dezembro de dois mil e oito, a qual deliberou por maioria, ratificar a deliberação da mesma Câmara tomada em reunião de nove de Outubro do mesmo ano, de adesão do respectivo Município à constituição da presente Associação, e aprovação dos respectivos estatutos, a qual foi aprovada por unanimidade, conforme certidão da respectiva acta emitida pelo Director do Departamento Administrativo Municipal, que me foi apresentada.

Terceiro — António Magalhães da Silva, casado, residente na Rua Dr. Carlos Saraiva, n.º 254, 2.º andar, da cidade de Guimarães, natural da freguesia de Cavez, concelho de Cabeceiras de Basto, que intervém na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, conforme certidão emitida pela Directora do Departamento de Administração Geral da referida Câmara, comprovativa da tomada de posse e de exercício de funções do mesmo, que me foi apresentada;

O outorgante intervém na qualidade de representante do referido Município, autorizado pela Assembleia Municipal de Guimarães, na sua reunião ordinária realizada em vinte e um de Novembro de dois mil e oito, a qual deliberou por maioria, ratificar a deliberação da mesma Câmara, tomada em reunião de vinte e três de Outubro do mesmo ano, de adesão do respectivo Município à constituição da presente Associação, e aprovação dos respectivos estatutos, a qual foi aprovada por unanimidade, conforme certidão da respectiva acta emitida pelo Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães, que me foi apresentada.

Quarto — Fernando Carvalho Branco Pinto de Moura, casado, residente na Casa do Seixinal, freguesia e concelho de Mondim de Basto, de onde é natural, que intervém na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, conforme certidão emitida pelo Presidente da Assembleia Municipal de Mondim de Basto, comprovativa da tomada de posse e de exercício de funções do mesmo, que me foi apresentada;

O outorgante intervém na qualidade de representante do referido Município, autorizado pela Assembleia Municipal de Mondim de Basto, na sua reunião ordinária realizada em trinta de Dezembro de dois mil e oito, a qual deliberou por maioria, por proposta da Câmara Municipal, a adesão do respectivo Município à constituição da presente Associação,

e aprovação dos respectivos estatutos, a qual foi aprovada na reunião ordinária da Assembleia Municipal respectiva realizada em vinte e sete de Fevereiro do corrente ano, conforme certidão emitida pelo Presidente da Assembleia Municipal de Mondim de Basto, que me foi apresentada.

Quinto — Manuel José Torcato Soares Baptista, casado, residente na Rua Dr. Albino José da Silva, n.º 22, 1.º Esq.º, freguesia de Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo), concelho de Póvoa de Lanhoso, natural da freguesia de Urgezes, concelho de Guimarães, que intervém na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, conforme certidão emitida pela Notária Privativa do respectivo Município, comprovativa da tomada de posse e de exercício de funções do mesmo, que me foi apresentada;

O outorgante intervém na qualidade de representante do referido Município, autorizado pela Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso, na sua reunião extraordinária realizada em vinte e um de Novembro de dois mil e oito, a qual deliberou por maioria, por proposta da Câmara Municipal, autorizar a adesão do respectivo Município à constituição da presente Associação, e aprovação dos respectivos estatutos, conforme certidão emitida pela Notária Privativa do respectivo Município, que me foi apresentada;

Sexto — Albino José da Silva Carneiro, solteiro, maior, residente no lugar de Salgueiros, freguesia de Mosteiro, concelho de Vila do Minho, de onde é natural, que intervém na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, conforme certidão emitida pela Notária Privativa da respectiva Câmara, comprovativa da tomada de posse e de exercício de funções do mesmo, que me foi apresentada;

O outorgante intervém na qualidade de representante do referido Município, autorizado pela Assembleia Municipal de Vila do Minho, na sua reunião extraordinária, realizada em dezassete de Outubro de dois mil e oito, a qual deliberou por unanimidade, ratificar a deliberação da Câmara Municipal de Vieira do Minho, tomada em sua reunião de dois do mesmo mês de Outubro, de adesão do respectivo Município à constituição da presente Associação, e aprovação dos respectivos estatutos, conforme certidão emitida pelo Presidente da Assembleia Municipal de Vieira do Minho que me foi apresentada.

Sétimo — Armindo Borges Alves da Costa, casado, residente na Avenida Visconde de Pindela, n.º 51, freguesia de Cruz, e natural da freguesia de Gavião, ambas do concelho de Vila Nova de Famalicão, que intervém na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, conforme certidão emitida pela Chefes de Divisão Administrativa da respectiva Câmara, que me foi apresentada;

O outorgante intervém na qualidade de representante do referido Município, autorizado pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, na sua reunião, realizada em vinte e dois de Dezembro de dois mil e oito, para prosseguimento da reunião ordinária de dezanove de Dezembro do mesmo ano, a qual deliberou por maioria por proposta da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a adesão do respectivo Município à constituição da presente Associação, e aprovação dos respectivos estatutos, conforme fotocópia certificada da respectiva acta, emitida pelo Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, que me foi apresentada.

Oitavo — Francisco Angelo da Silva Ferreira, casado, residente na Quinta de Rielhe, Ruela da Ribeira, Apartado 283-4815901, freguesia de Santa Eulália, concelho de Vizela, natural da freguesia de Caldas de Vizela (S. Miguel), do concelho de Guimarães, que intervém na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vizela, conforme certidão comprovativa da tomada de posse e de exercício de funções do mesmo, emitida pela Notária Privativa da respectiva Câmara, que me foi apresentada;

O outorgante intervém na qualidade de representante do referido Município, autorizado pela Assembleia Municipal de Vizela, na sua reunião ordinária realizada em sete de Novembro de dois mil e oito, a qual deliberou por maioria, por proposta da Câmara Municipal de Vizela, a adesão do respectivo Município à constituição da presente Associação, e aprovação dos respectivos estatutos, conforme certidão emitida pelo Presidente da Assembleia Municipal de Vizela, que me foi apresentada.

Verifiquei a identidade do segundo e terceiro outorgantes por conhecimento pessoal e a dos restantes por exibição dos seus bilhetes de identidade, respectivamente números 5812454 de 15/09/1999, 1903815 de 27/12/2000, 5703501 de 15/04/2002, 3726751 de 08/11/1999, 1794144 de 11/05/1999 e 3139462 de 18/02/2005, emitidos o primeiro, terceiro e quarto pelos S.L.C. de Braga, o segundo pelos S.L.C. de Vila Real e os restantes pelos S.L.C. de Lisboa.

Verifiquei a qualidade dos outorgantes e a suficiência dos seus poderes para o acto pelas indicadas certidões e fotocópias certificadas.

Declararam os outorgantes, na invocada qualidade de legais representantes dos municípios atrás indicados, a cuja respectiva câmara presidem:

Considerando:

Que em mil novecentos e oitenta e seis, após um conjunto de iniciativas lançadas pelas Câmaras Municipais de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Fafe, foi criada a Associação de Municípios da Terra Verde, com o objectivo de assumir a preparação de projectos no domínio do desenvolvimento integrado, no território deste conjunto de Municípios, com uma especial atenção para os Sectores da Despoluição do Rio Ave e seus Afluentes e dos Resíduos Sólidos Urbanos, para a Área do Sistema Urbano do Vale do Ave, para a área das Qualificações, e para a área das Acessibilidades, entre outros;

Que se estava, então, no ano da adesão de Portugal à União Europeia, que, como é reconhecido, constituiu um marco importante no desenvolvimento do País;

Que com a criação daquela Associação de Municípios, foi iniciada, então, uma importante dinâmica de desenvolvimento territorial, com resultados, francamente, positivos, para as populações deste Conjunto de Municípios;

Que, neste contexto, os referidos Municípios se envolveram, com a então denominada Comissão de Coordenação da Região Norte, na elaboração dos Estudos Preparatórios para uma Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave, com o objectivo de apresentar, junto da Comissão Europeia, uma candidatura naquele sentido, e que deu origem à aprovação do PROAVE — Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave;

Que, tendo havido um reconhecimento público do intenso trabalho que se estava a desenvolver, aderiram a este Movimento Associativo, também, os Municípios de Vila do Minho, Póvoa de Lanhoso, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, e a Associação adoptou a designação de AMAVE — Associação de Municípios do Vale do Ave, porque passou a integrar, então, todos os Municípios da Bacia Hidrográfica do Ave, a que se juntaram, entretanto, os novos Municípios de Vizela e Trofa, após a respectiva constituição;

Que já no período do primeiro Quadro Comunitário de Apoio, o Governo Português procedeu à organização do Território em NUTS Nomenclatura de Unidades Territoriais, sendo criada, então, a NUTS III Ave, que integrava os Municípios de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso, e, mais tarde, Vizela e Trofa, enquanto os Municípios de Vila do Conde e de Póvoa de Varzim ficavam integrados na NUTS III Área Metropolitana do Porto;

Que se pode dizer, com verdade, que a AMAVE e os Municípios do Vale do Ave foram pioneiros na definição e aprovação de uma Estratégia de Desenvolvimento para este espaço sub-regional, o que veio a confirmar-se com a elaboração e aprovação do Plano Estratégico I (1996-2000) e o Plano Estratégico II (2000-2006 e, mais recentemente, com a actualização deste e elaboração do Plano de Acção 2007-2013);

Que, na verdade, com a aprovação do QREN 2007-2014, o Governo estabeleceu a oportunidade de os Municípios, organizados em Associações de Municípios de NUTS III, virem a ser parceiros na governação de Fundos Comunitários, mediante celebração de Contratos para a Gestão de Subvenções Globais;

Que, com esta decisão, pretendeu o Governo iniciar um novo processo de promoção do desenvolvimento do território, tendo por base as Associações de Municípios de NUTS III — Comunidades Intermunicipais;

Que, neste contexto, o Governo aprovou, em reunião de Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 2008, o Decreto-Lei n.º 68/2008, publicado no D.R. em 14 de Abril, que estabeleceu a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do QREN;

Que com esta decisão, a NUTS III AVE passou a ter a seguinte composição territorial: Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Guimarães, Vizela e Vila Nova de Famalicão;

Que surge, assim, uma nova configuração territorial, neste Território, para as novas dinâmicas de desenvolvimento deste espaço sub-regional;

Que, para lhe dar um enquadramento legal adequado, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, que veio estabelecer o regime jurídico do associativismo municipal, o qual estabelece que “As associações de municípios de fins múltiplos, denominadas comunidades intermunicipais (CIM), são pessoas colectivas de direito público constituídas por municípios que correspondam a uma ou mais unidades territoriais definidas com base nas Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas de nível III (NUTS III) e adoptam o nome destas”;

Que se inicia, assim, uma nova fase nas dinâmicas de desenvolvimento do Território do Ave, com a oportunidade de a CIM do Ave — Comu-

nidade Intermunicipal do Ave se assumir, de facto, como uma Entidade Sub-Regional, no contexto da Região Norte, o que é considerado como um passo importante, e determinante, para a criação, em concreto, das Regiões Administrativas;

Que havendo já, neste momento, um Contrato de Delegação de Poderes, por parte da Comissão Executiva do Programa Operacional a Região Norte, para gerir uma Subvenção Global sustentada no PTD do Ave 2015 — Plano Territorial de Desenvolvimento do Ave, negociado e aprovado, ao nível do Agrupamento de Municípios do Ave, no âmbito da AMAVE, para que o mesmo se tome operacional, bem como para novas acções que, entretanto, têm vindo a ser preparadas, toma-se necessário, de facto, criar, em concreto, a CIM do Ave — Comunidade Intermunicipal do Ave;

Que tendo sido cumpridas as condições para a sua instituição em concreto, nomeadamente aprovação, pelas Assembleias Municipais dos municípios a que os signatários presidem e legalmente representam, a integração daqueles na comunidade intermunicipal correspondente à NUTS III a que pertencem e a aprovação dos respectivos estatutos, conforme disposto no artigo 4.º, número 1, da Lei número 45/2008 de 27 de Agosto,

É criada a Associação com a designação de “CIM do Ave Comunidade Intermunicipal do Ave”, que passa a reger-se pelos estatutos que constituem o documento em separado, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, do Código do Notariado, cujo conteúdo é do seu perfeito conhecimento e inteiramente aceitam, o qual apresentam a fim de ficar a fazer parte integrante desta escritura.

Esta associação tem a sua sede na Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, Edifício AMAVE, 4800-019, na cidade de Guimarães, tendo por objecto:

1 — Prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse municipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, QREN;
- d) Planeamento das actuações das entidades públicas de carácter supramunicipal.

2 — Articulação das actuações entre os municípios associados e os serviços da administração central, nas seguintes vertentes:

- a) Redes de abastecimento público, infra-estruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamento de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e protecção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

3 — Designação dos representantes das autarquias locais associadas em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

Arquivo o referido documento complementar.

Verifiquei que foi aprovado em 17/02/2009 pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas o certificado de admissibilidade da denominação adoptada, da presente Associação, à qual foi atribuído o N.I.P.C. 508 887 780, como verifiquei pelo código de acesso número cinco oito um um — três cinco cinco seis — quatro seis seis seis, publicada no respectivo sito na internet [www.porrtaaldaempresa.pt](http://www.porrtaaldaempresa.pt).

## Estatutos

### CIM do AVE — Comunidade Intermunicipal do Ave

## CAPÍTULO I

### Disposições Gerais

#### Artigo 1.º

#### Natureza, Composição, Designação e Sede

1 — A CIM do AVE — Comunidade Intermunicipal do Ave, é uma Pessoa Colectiva de Direito Público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que

a integram, regendo-se pela Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, pelos presentes Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

2 — A Comunidade é composta pelos Municípios de Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Guimarães, Vizela e Vila Nova de Famalicão, e adopta a designação de Comunidade Intermunicipal do Ave, e a abreviatura de CIM do AVE.

3 — A Comunidade corresponde à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) do Ave.

4 — A Comunidade tem sede na Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, Edifício AMAVE, 4800-019, Guimarães, podendo ser criadas delegações, por deliberação da Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Executivo.

#### Artigo 2.º

##### Atribuições

1 — Sem prejuízo das atribuições transferidas pela Administração Central e pelos municípios, a Comunidade Intermunicipal tem por fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional QREN;
- d) Planeamento das actuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

2 — A Comunidade Intermunicipal assegura também a articulação das actuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- a) Redes de abastecimento público, infra-estruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- b) Rede de equipamentos de saúde;
- c) Rede educativa e de formação profissional;
- d) Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- e) Segurança e protecção civil;
- f) Mobilidade e transportes;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

3 — Cabe igualmente à Comunidade Intermunicipal designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

4 — Para assegurar a realização das suas atribuições a Comunidade Intermunicipal poderá ainda, nos termos da legislação aplicável:

- a) Criar e explorar serviços próprios;
- b) Criar ou participar em associações, empresas, cooperativas e fundações;
- c) Associar-se com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativas;
- d) Constituir empresas intermunicipais;
- e) Concessionar a gestão e exploração de serviços.

#### Artigo 3.º

##### Direitos dos Municípios Integrantes

Constituem direitos dos municípios integrantes na Comunidade Intermunicipal:

- a) Auferir os benefícios da actividade da Comunidade;
- b) Apresentar propostas e sugestões consideradas úteis ou necessárias à realização dos objectivos estatutários;
- c) Participar nos órgãos da Comunidade Intermunicipal;
- d) Exercer os demais poderes e facultades previstos na lei, nestes estatutos e nos regulamentos internos da Comunidade.

#### Artigo 4.º

##### Deveres dos Municípios Integrantes

Constituem deveres dos municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal:

- a) Prestar à Comunidade a colaboração necessária para a realização das suas actividades;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais regulamentares respeitantes à Comunidade, bem como os estatutos e as deliberações dos órgãos da mesma;

c) Efectuar as contribuições financeiras, nos termos estabelecidos na lei e nos presentes estatutos.

#### Artigo 5.º

##### Impedimento

Os municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal do Ave não podem fazer parte de qualquer outra associação de fins múltiplos.

## CAPÍTULO II

### Organização e competências

#### SECÇÃO I

##### Disposições Gerais

#### Artigo 6.º

##### Órgãos

1 — A Comunidade Intermunicipal é constituída pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia intermunicipal;
- b) Conselho Executivo.

2 — Junto do Conselho Executivo, e por decisão deste, pode funcionar um órgão consultivo integrado por representantes dos serviços públicos regionais do Estado e dos interesses económicos, sociais e culturais da sua área de intervenção.

#### Artigo 7.º

##### Mandato

1 — Os membros dos órgãos da Comunidade são eleitos locais provenientes dos municípios que dela fazem parte.

2 — A qualidade de membro dos órgãos da Comunidade é indissociável da qualidade de membro dos órgãos municipais.

3 — O mandato dos membros dos órgãos da Comunidade terá a duração do mandato municipal, determinando a perda, a cessação, a renúncia ou a suspensão daquele mandato no órgão municipal o mesmo efeito no mandato detido nos órgãos da Comunidade Intermunicipal.

#### Artigo 8.º

##### Continuidade do Mandato

Os titulares dos órgãos da Comunidade Intermunicipal servem pelo período do mandato e mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos.

#### Artigo 9.º

##### Requisitos das Reuniões

As reuniões dos órgãos da Comunidade apenas terão lugar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus Membros.

#### Artigo 10.º

##### Requisitos das Deliberações

1 — As deliberações dos órgãos da Comunidade são tomadas à pluralidade dos votos, estando presente a maioria legal dos seus membros, excepto as deliberações de alteração dos Estatutos, para as quais é necessária uma maioria qualificada, nos termos do preceituado no artigo 37.º destes estatutos.

2 — Em caso de empate o Presidente do órgão tem voto de qualidade.

3 — As votações assumem, por norma, a forma nominal, salvo quando se realizam eleições ou estejam em causa juízos de valor sobre pessoas, casos em que a votação é obrigatoriamente feita por escrutínio secreto.

4 — Compete ao Presidente decidir sobre a forma de votação, podendo qualquer membro propor que a mesma se faça por escrutínio secreto.

5 — As deliberações dos órgãos da Comunidade estão sujeitas às regras de publicitação das deliberações dos órgãos municipais.

#### Artigo 11.º

##### Deliberações

As deliberações dos órgãos da Comunidade vinculam os Municípios integrantes, não carecendo de ratificação dos órgãos respectivos, desde que a competência para tal esteja estatutária ou legalmente prevista.

## Artigo 12.º

**Actas**

1 — De tudo o que ocorrer nas reuniões será lavrada acta que contenha um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a hora, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto da acta ter sido lida e aprovada.

2 — As actas ou textos das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, caso em que a sua assinatura será efectuada no final da reunião.

## SECÇÃO II

**Da Assembleia Intermunicipal**

## Artigo 13.º

**Natureza e Composição**

1 — A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da Comunidade.

2 — A Assembleia Intermunicipal é constituída por Membros das Assembleias Municipais dos Municípios que integram a Comunidade, eleitos de forma proporcional, nos seguintes termos:

- a) Três nos municípios até 10 000 eleitores;
- b) Cinco nos municípios entre 10 001 e 50 000 eleitores;
- c) Sete nos municípios entre 50 001 e 100 000 eleitores;
- d) Nove nos municípios com mais de 100 000 eleitores.

3 — A eleição ocorre em cada assembleia municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da assembleia municipal, eleitos directamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior.

4 — Os mandatos são atribuídos, em cada assembleia municipal, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.

## Artigo 14.º

**Mesa**

1 — Os trabalhos da Assembleia Intermunicipal são dirigidos por uma Mesa, constituída pelo Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, a eleger pela Assembleia, por voto secreto, de entre os seus Membros.

2 — O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

3 — Na ausência de todos os membros da mesa, a assembleia elegerá uma mesa *ad hoc* para presidir à reunião.

4 — Enquanto não for eleita a Mesa, esta será integrada pelos três eleitos mais velhos, de entre os presentes, que assumirão os cargos referidos no n.º 1 por ordem, respectivamente, decrescente de idade.”

## Artigo 15.º

**Reuniões da Assembleia Intermunicipal**

1 — A Assembleia Intermunicipal terá, anualmente, três Reuniões Ordinárias, sendo a primeira destinada à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior e a última, que decorrerá em Novembro, destinada à aprovação das opções do plano e do orçamento para o ano seguinte.

2 — A Assembleia Intermunicipal pode ainda reunir-se, extraordinariamente, por iniciativa da respectiva Mesa ou quando requerida:

- a) Pelo Presidente do Conselho Executivo, em execução de deliberação deste;
- b) Por um terço dos seus Membros.

## Artigo 16.º

**Competências da Assembleia Intermunicipal**

São competências da Assembleia Intermunicipal:

- a) Eleger a Mesa da Assembleia Intermunicipal;
- b) Aprovar, sob proposta do Conselho Executivo, as opções do plano e a proposta de orçamento e as suas revisões, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- c) Aprovar, sob proposta do Conselho Executivo, o mapa de pessoal da Comunidade;

d) Designar, sob proposta do Conselho Executivo, o Auditor Externo que verificará as contas anuais, nos casos em que a Comunidade Intermunicipal detenha capital em fundações ou em entidades do sector empresarial local;

e) Acompanhar e fiscalizar a actividade do Conselho Executivo, devendo ser apreciada, em cada reunião ordinária, uma informação escrita sobre a actividade da associação, bem como da sua situação financeira;

f) Acompanhar a actividade da Comunidade Intermunicipal e os respectivos resultados nas empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que a associação detenha alguma participação no capital social ou equiparado;

g) Aprovar a celebração de protocolos relativos a transferências de atribuições ou tarefas;

h) Autorizar a Comunidade Intermunicipal, sob proposta do Conselho Executivo, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, a criar ou participar noutras pessoas colectivas, e a constituir empresas intermunicipais;

i) Aprovar o seu Regimento e os Regulamentos, designadamente de Organização e Funcionamento;

j) Aprovar, sob proposta do Conselho Executivo, os planos previstos no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto;

k) Aprovar, sob proposta do Conselho Executivo, os Regulamentos com eficácia externa;

l) Aprovar a cobrança de impostos municipais pela Comunidade Intermunicipal, na sequência da deliberação das Assembleias Municipais de todos os Municípios associados, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

m) Aprovar ou autorizar, sob proposta do Conselho Executivo, a contratação de empréstimos nos termos da lei;

n) Deliberar, sob proposta do Conselho Executivo, sobre a forma de imputação aos Municípios associados das despesas com pessoal, nos termos do artigo 22.º, e dos encargos com o endividamento, nos termos do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto;

o) Designar e exonerar, sob proposta do Conselho Executivo, o Secretário Executivo e fixar a respectiva remuneração, de acordo com as funções exercidas;

p) Nomear o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sob proposta do Conselho Executivo, nos mesmos termos que estão previstos no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

q) Fixar anualmente as contribuições dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal;

r) Fixar anualmente, sob proposta do Conselho Executivo, as taxas pela prestação concreta de um serviço público local pela utilização privada de bens do domínio público ou privado da Comunidade, ou pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição da associação de municípios, nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

s) Os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;

t) Aprovar e alterar os Estatutos;

u) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução dos interesses próprios da Comunidade;

v) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelo Regimento ou pela Assembleia.

## Artigo 17.º

**Competências do Presidente da Assembleia Intermunicipal**

São competências do Presidente da Assembleia Intermunicipal:

- a) Dirigir os trabalhos da Assembleia;
- b) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) Elaborar a ordem do dia das reuniões e proceder à sua distribuição;
- d) Abrir e encerrar os trabalhos das reuniões;
- e) Proceder à marcação e justificação de faltas dos Membros da Assembleia;
- f) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelos Estatutos, pelo Regimento ou pela Assembleia.

## SECÇÃO III

**Do Conselho Executivo**

## Artigo 18.º

**Natureza e Composição**

O Conselho Executivo é o órgão de direcção da Comunidade Intermunicipal e é constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos Municípios integrantes, os quais elegem, de entre si, um Presidente e dois Vice-Presidentes.

Parágrafo único — Enquanto não forem eleitos o Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho Executivo, preside ao Órgão o Presidente do Município com maior número de Eleitores, que deverá convidar, para secretariar a reunião, um dos restantes Membros do Conselho.

#### Artigo 19.º

##### Competências do Conselho Executivo

1 — Compete ao Conselho Executivo, no âmbito da organização e funcionamento:

- a) Assegurar o cumprimento das deliberações da Assembleia Intermunicipal;
- b) Dirigir os serviços técnicos e administrativos;
- c) Propor à Assembleia Intermunicipal o regulamento de organização e de funcionamento dos serviços;
- d) Propor à Assembleia Intermunicipal a designação do Secretário Executivo e a respectiva remuneração, de acordo com as funções exercidas, bem como a sua exoneração;
- e) Designar os representantes da Comunidade Intermunicipal em quaisquer entidades ou órgãos previstos na lei, designadamente os previstos no modelo de governação do QREN, e nas entidades e empresas do sector público de âmbito intermunicipal;
- f) Executar as opções do plano e o orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- g) Propor à Assembleia Intermunicipal a cobrança dos impostos municipais e assegurar a respectiva arrecadação;
- h) Apresentar à Assembleia Intermunicipal o pedido de autorização de contratação de empréstimo devidamente instruído;
- i) Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as Contas da Comunidade Intermunicipal;
- j) Apresentar à Assembleia Intermunicipal a proposta de designação do Revisor Oficial de Contas ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o n.º 2 do artigo 48.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro ou diploma que a substitua;
- k) Propor à Assembleia Intermunicipal as propostas de associação com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, a criação ou participação noutras pessoas colectivas, e a constituição de empresas intermunicipais;
- l) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelos Estatutos ou por deliberação da Assembleia Intermunicipal.

2 — Compete ao Conselho Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

- a) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Intermunicipal as opções do plano, a proposta de orçamento e as respectivas revisões;
- b) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e, ainda, os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Intermunicipal;
- c) Propor ao Governo os planos, os projectos e os programas de investimento e desenvolvimento de alcance supramunicipal;
- d) Elaborar e monitorizar os instrumentos de planeamento, ao nível do ambiente, do desenvolvimento regional, da protecção civil e de mobilidade e transportes;
- e) Elaborar os planos intermunicipais de ordenamento do território;
- f) Participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos, através de programas, projectos e demais iniciativas;
- g) Apresentar programas de modernização administrativa;
- h) Desenvolver projectos de formação dos recursos humanos dos municípios e da Comunidade Intermunicipal;
- i) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei ou por deliberação da Assembleia Intermunicipal.

3 — Compete ao Conselho Executivo, no âmbito consultivo, emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelo Governo relativamente a instrumentos ou investimentos, da responsabilidade de organismos da administração central, com impacte supramunicipal.

4 — Sem prejuízo dos poderes de ratificação do Governo, compete ao Conselho Executivo, no âmbito da gestão territorial, a elaboração de planos intermunicipais de ordenamento do território.

#### Artigo 20.º

##### Competências do Presidente do Conselho Executivo

1 — Compete ao Presidente do Conselho Executivo:

- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Executar as deliberações do Conselho e coordenar a respectiva actividade;

- c) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação do Conselho Executivo;
- d) Autorizar o pagamento de despesas realizadas, nos termos da lei;
- e) Assinar e visar a correspondência do Conselho com destino a quaisquer entidades ou Organismos Públicos;
- f) Representar a Comunidade Intermunicipal em juízo ou fora dele;
- g) Remeter ao Tribunal de Contas os documentos que careçam da respectiva apreciação, sem prejuízo da alínea i), do n.º 1 do artigo 19.º dos presentes estatutos;
- h) Exercer os demais poderes estabelecidos por lei ou por deliberação do Conselho Executivo.

2 — O Presidente do Conselho Executivo pode delegar ou subdelegar o exercício das suas competências nos demais membros deste órgão ou no Secretário Executivo.

3 — A todos os membros do Conselho Executivo compete coadjuvar o Presidente na sua acção.

#### Artigo 21.º

##### Reuniões do Conselho Executivo

1 — O Conselho Executivo terá, pelo menos, uma reunião ordinária mensal e as extraordinárias que o Presidente convoque, por sua iniciativa ou a solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2 — A reunião extraordinária é marcada com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita dirigida aos Membros do Conselho Executivo.

## SECÇÃO IV

### Do Órgão Consultivo da Comunidade Intermunicipal

#### Artigo 22.º

##### Natureza e Composição

1 — Junto do Conselho Executivo, e por decisão deste, pode funcionar um Órgão Consultivo denominado Conselho Consultivo.

2 — O Conselho é composto pelos representantes dos serviços públicos regionais do Estado e dos interesses económicas, sociais e culturais da área de intervenção da Comunidade Intermunicipal.

3 — A designação dos Membros do Conselho, as suas competências e o seu funcionamento constam de regulamento a aprovar pelo Conselho Executivo.

## CAPÍTULO III

### Estrutura e funcionamento

#### Artigo 23.º

##### Secretário Executivo

1 — O Conselho Executivo pode propor à Assembleia Intermunicipal a designação de um Secretário Executivo, para a gestão corrente dos assuntos da Comunidade Intermunicipal e a direcção dos serviços dela dependentes, cujas funções são exercidas durante o período do mandato dos órgãos da Comunidade Intermunicipal, sem prejuízo da sua exoneração a todo o tempo.

2 — O Presidente do Conselho Executivo pode delegar as suas competências no Secretário Executivo, devendo estas ficar expressamente descritas no despacho de delegação.

3 — A remuneração do Secretário Executivo é fixada, mediante proposta do Conselho Executivo, pela Assembleia Intermunicipal, de acordo com as funções exercidas, tendo como limite a remuneração de Director Municipal.

4 — O Secretário Executivo tem assento nas reuniões do Conselho Executivo e na Assembleia Intermunicipal, sem direito de voto.

5 — As funções de Secretário Executivo, quando este for portador de vínculo público, podem ser exercidas em comissão de serviço, com os efeitos legais daí decorrentes.

#### Artigo 24.º

##### Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

1 — A Comunidade Intermunicipal é dotada de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo, vocacionados para recolher e sistematizar a informação e para elaborar os estudos necessários à preparação das decisões ou deliberações.

2 — A natureza, a estrutura e o funcionamento dos serviços previstos no número anterior são definidos em regulamento aprovado pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Executivo.

## Artigo 25.º

**Regime de pessoal**

1 — A Comunidade Intermunicipal dispõe de um Mapa de pessoal próprio, aprovado pela assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Executivo.

2 — O Mapa de pessoal é preenchido através dos instrumentos de mobilidade geral legalmente previstos, preferencialmente de funcionários oriundos dos quadros de pessoal dos Municípios integrantes, de associações de municípios, de assembleias distritais da respectiva área geográfica ou de serviços da administração directa ou indirecta do Estado.

3 — Os instrumentos de mobilidade geral previstos para os funcionários da administração local não estão sujeitos aos limites de duração legalmente previstos.

4 — Sempre que o recurso aos instrumentos de mobilidade referidos no número dois não permitir o preenchimento das necessidades permanentes da Comunidade Intermunicipal, as admissões ficam sujeitas ao regime do contrato individual de trabalho.

## Artigo 26.º

**Encargos com o Pessoal**

As despesas efectuadas com o pessoal da Comunidade Intermunicipal relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos Municípios associados, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 22.º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto.

## CAPÍTULO IV

**Da Gestão Financeira e Orçamental**

## Artigo 27.º

**Ano Económico**

O ano económico corresponde ao ano civil.

## Artigo 28.º

**Regime de Contabilidade**

A contabilidade da Comunidade Intermunicipal rege-se pelas regras previstas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

## Artigo 29.º

**Opções do Plano e Orçamento**

1 — As opções do plano e o orçamento da Comunidade Intermunicipal são elaborados pelo Conselho Executivo e submetidos à aprovação da Assembleia Intermunicipal, para efeitos do preceituado no artigo 15.º destes Estatutos.

3 — As opções do plano e o orçamento são remetidos pelo Conselho Executivo às Assembleias Municipais dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a sua aprovação.

## Artigo 30.º

**Documentos de Prestação de Contas**

1 — O Conselho Executivo elabora, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, e apresenta à Assembleia Intermunicipal, no decurso do mês de Março do ano seguinte, os documentos de prestação de contas, devendo esta deliberar sobre eles no prazo de 30 dias a contar da data da sua recepção.

4 — No relatório de gestão, o Conselho Executivo expõe e justifica a acção desenvolvida, demonstra a regularidade orçamental da efectivação das despesas, discrimina os financiamentos obtidos através do mapa de origem e aplicação de fundos e presta todos os esclarecimentos necessários à interpretação das contas apresentadas.

## Artigo 31.º

**Auditoria Externa das Contas**

1 — As contas anuais da Comunidade Intermunicipal, quando detentora de participações de capital social em fundações ou entidades do sector empresarial local, são verificadas por um auditor externo, designado pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

2 — As funções a exercer e os actos a praticar pelo auditor externo para a revisão legal das contas da Comunidade Intermunicipal são os constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

## Artigo 32.º

**Apreciação e Julgamento das Contas**

1 — As contas da Comunidade Intermunicipal estão sujeitas a apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da respectiva lei de organização e processo.

2 — Para efeitos do número anterior, devem as mesmas ser enviadas pelo Conselho Executivo ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos estabelecidos para as Autarquias Locais.

3 — As contas são, ainda, enviadas às Assembleias Municipais dos Municípios associados, para conhecimento destas, no prazo de um mês após a deliberação de apreciação e votação pela Assembleia Intermunicipal.

## Artigo 33.º

**Património e Finanças**

1 — A Comunidade Intermunicipal tem património e finanças próprios.

2 — O património da Comunidade Intermunicipal é constituído pelos bens e direitos para ela transferidos ou adquiridos a qualquer título.

3 — Os bens transferidos pelos Municípios para a Comunidade Intermunicipal são objecto de inventário, a constar de acta de acordo mútuo, subscrita pelas partes interessadas, com menção das actividades a que ficam afectos.

4 — Os bens e direitos afectos pelos Municípios associados à Comunidade Intermunicipal são transferidos a título gratuito e ficam isentos, por parte dos Municípios, de encargos de qualquer natureza.

5 — São receitas da Comunidade Intermunicipal:

a) As transferências do Orçamento do Estado, correspondentes a 0,5% da transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente prevista para o conjunto dos Municípios da NUT III Ave, com o limite anual máximo de variação de 5%;

b) O produto das contribuições dos Municípios associados;

c) As transferências dos Municípios, no caso de competências delegadas por estes;

d) As transferências resultantes de contratualização com a administração central e outras entidades públicas ou privadas;

e) Os montantes de co-financiamentos comunitários que lhe sejam atribuídos;

f) As dotações, subsídios ou comparticipações de que venham a beneficiar;

g) As taxas pela prestação concreta de um serviço público local, pela utilização privada de bens do domínio público ou privado da Comunidade Intermunicipal, ou pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição da Comunidade Intermunicipal, nos termos da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro;

h) Os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;

i) O rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles;

j) Quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que a título gratuito ou oneroso, lhe sejam atribuídos por Lei, contrato ou outro acto jurídico;

k) O produto de empréstimos;

l) Quaisquer outras receitas permitidas por Lei.

6 — Constituem despesas da Comunidade Intermunicipal os encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão confiadas.

## Artigo 34.º

**Contribuições Financeiras**

1 — As transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados são fixadas pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Executivo.

2 — As contribuições financeiras dos Municípios associados são exigíveis a partir da aprovação do orçamento da Comunidade Intermunicipal, constituindo-se os Municípios em mora quando não seja efectuada a transferência no prazo fixado pelo Conselho executivo.

## Artigo 35.º

**Endividamento**

1 — A Comunidade Intermunicipal pode contrair empréstimos, a curto, médio e longo prazo, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito e celebrar contratos de locação financeira, em termos idênticos aos dos municípios.

2 — Os empréstimos contraídos pela Comunidade Intermunicipal e os contratos de locação financeira por ela celebrados relevam para os limites da capacidade de endividamento dos Municípios associados, de acordo com o critério de aprovado pela Assembleia Intermunicipal quanto à imputação dos encargos aos Municípios associados, a qual carece de acordo das Assembleias Municipais respectivas.

3 — Os Municípios são subsidiariamente responsáveis pelo pagamento das dívidas contraídas pela Comunidade Intermunicipal, na proporção da população residente.

4 — A Comunidade Intermunicipal não pode contrair empréstimos a favor de qualquer dos municípios associados, nem conceder empréstimos a entidades públicas ou privadas, salvo nos casos expressamente previstos na lei.

5 — É vedado ainda à Comunidade Intermunicipal a celebração de contratos com entidades financeiras com a finalidade de consolidar dívida de curto prazo, bem como a cedência de créditos não vencidos.

#### Artigo 36.º

##### Cooperação Financeira

A Comunidade Intermunicipal pode, também, beneficiar dos sistemas e programas específicos, legalmente previstos, de apoio financeiro aos municípios, nomeadamente no quadro de cooperação técnica e financeira entre o Estado e as Autarquias Locais.

#### Artigo 37.º

##### Isenções Fiscais

A Comunidade Intermunicipal beneficia das isenções fiscais previstas na Lei para as Autarquias Locais.

## CAPÍTULO V

### Disposições Finais

#### Artigo 38.º

##### Alterações Estatutárias

1 — Os presentes Estatutos podem ser alterados por deliberação da Assembleia Intermunicipal, por iniciativa de um terço dos seus Membros ou por proposta do Conselho Executivo.

2 — A deliberação referida no número anterior só pode ser tomada por maioria de dois terços dos Membros presentes na reunião e a alteração aprovada pelas Assembleias Municipais da maioria absoluta dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal.

#### Artigo 39.º

##### Reacção Contenciosa

As deliberações dos órgãos da Comunidade Intermunicipal e as decisões dos respectivos titulares são susceptíveis de reacção contenciosa, nos mesmos termos das deliberações dos órgãos municipais.

#### Artigo 40.º

##### Adesão de Novos Municípios

1 — A adesão de novos Municípios integrantes da NUT III Ave em momento posterior à criação da Comunidade Intermunicipal, não depende do consentimento dos restantes municípios.

2 — A adesão concretiza-se com a comunicação escrita ao Conselho Executivo, por parte do Município aderente, acompanhada de fotocópia das deliberações dos respectivos órgãos municipais.

#### Artigo 41.º

##### Extinção da Comunidade Intermunicipal

A Comunidade Intermunicipal extingue-se pela sua fusão com outra ou outras Comunidades Intermunicipais.

#### Artigo 42.º

##### Fusão

1 — A Comunidade Intermunicipal pode fundir-se com outra ou outras Comunidades Intermunicipais, dependendo a respectiva fusão da observância dos requisitos exigidos no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.

2 — A fusão determina a transferência global do património das Comunidades preexistentes para a nova associação com todos os direitos e obrigações.

3 — A decisão de fusão pode ser revogada nos termos do n.º 3 do artigo 32.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.

4 — Ao pessoal das comunidades preexistentes é aplicável, conforme o respectivo regime jurídico, a legislação respeitante ao regime de mobilidade geral ou o regime do contrato individual de trabalho.

#### Artigo 43.º

##### Regime subsidiário

O funcionamento da Comunidade Intermunicipal regula-se, em tudo o que não estiver previsto na Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e nos presentes estatutos, pelo regime jurídico aplicável aos órgãos municipais.

14 de Abril de 2009. — O Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, *Fernando Pinto de Moura*. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, *Jorge Machado*. — O Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, *Albino José da Silva Carneiro*. — O Presidente da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, *Manuel José Torcato Soares Batista*. — O Presidente da Câmara Municipal de Fafe, *José Ribeiro*. — O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, *António Magalhães da Silva*. — O Presidente da Câmara Municipal de Vizela, *José Ribeiro*. — O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, *Armindo Borges Alves Costa*.

202324613

## MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA

### Aviso n.º 16731/2009

João Agostinho Pinto Pereira, presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, faz público, que está em discussão pública o pedido de licenciamento da operação de loteamento com obras de urbanização, requerido por GEMIMÓVEL — Imobiliária de Construção e Venda de Imóveis, L.ª, para o prédio situado no lugar de Escusa, freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha.

Durante os 15 dias seguintes à publicação deste pedido no Diário da República, podem os interessados apresentar, por escrito, as suas sugestões, observações e reclamações.

O pedido em causa encontra-se patente, para consulta, no SAM (Serviços de Atendimento ao Município), durante as horas de expediente (das 9H00 às 16H00)

E para constar e demais efeitos se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

14 de Setembro de 2009. — O Presidente da Câmara, *João Agostinho Pinto Pereira*.

302318871

### Aviso n.º 16732/2009

Nos termos do artigo 36.º do da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, tornam-se públicas as listas unitárias de ordenação final dos candidatos aprovados aos procedimentos comuns para preenchimento de 9 postos de trabalho de técnico superior (Desporto), em regime de tempo parcial e de 9 postos de trabalho de assistente técnico (acompanhamento e monitorização das instalações aquáticas do município), em regime de tempo parcial, na modalidade de contrato a termo resolutivo certo, publicitado no *Diário da República*, n.º 120, de 24 de Junho de 2009, homologada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 17 de Setembro de 2009, as quais ficam assim organizadas:

**Procedimento concursal comum para o preenchimento de 9 postos de trabalho da categoria de técnico superior (desporto) em regime de tempo parcial (3 postos de 25 horas semanais, 3 postos de 20 horas semanais e 3 postos de 15 horas semanais) — concurso B.**

#### Lista unitária de ordenação final

- 1.º Ana Cristina Mendes Cerdeira — 16,80 valores;
- 2.º Marisa João Tavares da Costa — 16,80 valores;
- 3.º Tânia Sofia Guimarães Barros — 16,76 valores;
- 4.º José Manuel Duarte Guimarães Vidal — 16,57 valores;
- 5.º Pedro Alexandre Lucas dos Santos — 16,56 valores;
- 6.º Vasco Daniel Almeida Barros — 16,54 valores;
- 7.º José Paulo da Silva Santos — 16,35 valores;
- 8.º Ricardo Jorge Nunes de Lacerda Neves — 16,16 valores;
- 9.º Isa Marina Taira Sereno Martins — 15,99 valores;
- 10.º Patrícia Isabel Moreira Pinto da Costa — 15,99 valores;
- 11.º Marta Alexandra Oliveira Conceição — 15,86 valores;
- 12.º Marco Heleno Pinto Ferreira — 15,69 valores;
- 13.º Alahage Dembo Jabi — 15,51 valores;
- 14.º Rogério Emanuel Baptista Bessa — 15,30 valores;
- 15.º Carla Elisa Jesus Teixeira — 15,10 valores;
- 16.º Paulo Jorge Bastos Oliveira — 14,96 valores;
- 17.º Pedro Jorge Oliveira Aido — 14,90 valores;
- 18.º Sara Pinho e Melo Pêgo Guedes — 14,90 valores;